

CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO: afinal sobre o que tratam estes conceitos?

Luiz Carlos Dias

Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é professor assistente do magistério superior da Universidade Federal do Paraná. E-mail: lcarlosdias@hotmail.com

Clério Plein

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: clerioplein@gmail.com

RESUMO

O termo desenvolvimento faz parte dos estudos socioeconômicos e também enfatiza diversas abordagens, a amplitude da palavra justifica o confronto de ideias em torno de seu significado. Este trabalho discute as divergências e convergências das expressões crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento, busca tematizar sobre os conceitos envolvidos e debate o termo desenvolvimento através dos estudos de Furtado sobre as razões do subdesenvolvimento, o desenvolvimento como liberdade de Sen e o desenvolvimento sustentável trabalhado por Veiga e Sachs. Os estudos destes autores convergem no sentido de atribuir ao termo crescimento econômico apenas uma condição ao desenvolvimento, consideram que o desenvolvimento de uma localidade está ligado, sobretudo a melhores condições de vida das pessoas. Mesmo inúmeros autores debruçando esforços sobre a temática, vê-se que em alguns países as políticas de desenvolvimento confrontam com as realidades verificadas, como por exemplo, a persistência e mesmo ampliação da pobreza, falta de assistência básica à saúde e educação para grande parte da população, ausência de políticas de preservação ambiental, entre outros.

Palavras-chave: subdesenvolvimento, capacitações, sustentável.

ABSTRACT

The term development is part of socioeconomic studies and emphasizes various approaches, the breadth of the word justifies the confrontation of ideas around its meaning. This academic work goes into the divergences and convergences of the expressions economic growth, economic development, and development, seeks to address the concepts involved and discusses the term development through Furtado's studies on the reasons for the underdevelopment, development as Sen's freedom, and sustainable development worked by Veiga and Sachs. The studies of these authors converge in the sense of attributing to the term economic growth only one condition to development, they consider that the development of a locality is linked, above all, to better living conditions of the people. Even though many authors are working on the subject, it can be seen that in some countries development policies confront the realities verified, such as the persistence and even expansion of poverty, lack of basic health care and education for a large part of the population, absence of environmental preservation policies, among others.

Keywords: underdevelopment, capabilities, sustainable.

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre interpretações dos conceitos de crescimento e desenvolvimento não são novas, no entanto, ainda persistem, bem como, o uso indevido da noção de desenvolvimento não é raro, especificamente por políticos e noticiários da imprensa escrita e televisiva, seja por desconhecimento ou por negligência das diferenças conceituais.

Este breve ensaio busca discutir as diferentes abordagens que aproximam os conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento e as que divergem e mesmo qualificam com adjetivos, tais como desenvolvimento social, desenvolvimento ambiental, desenvolvimento sustentável, entre outros.

Certamente, o objetivo aqui não é esgotar uma discussão como esta, o que demandaria sem dúvidas um esforço muito maior e uma quantidade de páginas bem superior que um artigo dispõe. Busca-se num primeiro momento uma melhor compreensão sobre os conceitos e uma especificação sobre algumas abordagens de desenvolvimento.

Para tanto, o trabalho está dividido em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda apresenta-se as noções de crescimento econômico e desenvolvimento econômico e o início do entendimento divergente de tais conceitos. Em seguida, apresenta-se a defesa do conceito de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico. Na quarta seção são tratadas as considerações sobre a amplitude do conceito de desenvolvimento. A última seção está dividida em mais três itens que discutem as diferentes abordagens sobre o desenvolvimento. Neste tópico busca-se nos conceitos de Celso Furtado sobre as razões que levaram diferentes países ao subdesenvolvimento; as abordagens de Amartya Sen sobre as liberdades individuais como dinamizadores do desenvolvimento e a noção de desenvolvimento sustentável abordado pelas análises de José Eli da Veiga e Ignacy Sachs.

2. DUAS LINHAS TEÓRICAS: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Mesmo tendo passado tantos anos de discussão e muitos embates teóricos sobre o tema, ainda não há completo consenso sobre as teorias de crescimento e desenvolvimento econômico. Sobre essa temática, pode-se citar duas principais correntes de economistas, a primeira de inspiração mais teórica considera crescimento sinônimo de desenvolvimento e a segunda está voltada para uma realidade empírica e entende que crescimento é uma condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é suficiente (SOUZA, 2012).

O tema crescimento econômico surge com mais ênfase com Adam Smith que procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional, explica como o mercado opera e qual a importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir os custos médios e permitir a produção com lucros, Smith destaca que, com a expansão dos mercados aumentam a renda e o emprego. A partir desta base, teóricos como Meade e Solow da escola neoclássica e os de inspiração Keynesiana como Harrod, Domar e Kaldor, entre outros, compartilham deste entendimento. (SOUZA, 2012).

O ramo da economia que estuda o desenvolvimento econômico surgiu como área autônoma em 1940, tendo como bases teóricas as obras de Smith, Marx, Schumpeter e Keynes. Essa teoria busca compreender um fenômeno histórico, desta forma, seus modelos buscam definir as características e dificuldades principais que um processo de crescimento enfrenta. Nesta corrente destacam-se, entre outros, Lewis, Hirschmann, Myrdal, Nurske, na América Latina salienta-se Prebisch e Furtado. Neste sentido Bresser-Pereira (2006, p. 11), discorre que:

Os primeiros modelos tratavam de como se inicia o desenvolvimento econômico em uma região pré-capitalista, discutiam a 'armadilha do desenvolvimento', o problema da oferta ilimitada de mão-de-obra, a acumulação primitiva e a poupança forçada, a revolução industrial e seus pré-requisitos. A partir daí, estudam-se o que poderíamos chamar de diferentes modelos ou estilos de desenvolvimento econômico: o modelo original de desenvolvimento dos países que iniciaram a revolução industrial, como a Inglaterra e a França; o modelo dos países de desenvolvimento atrasado do centro que jamais foram colônias como a Alemanha ou o Japão; o modelo russo e chinês que excluiu os empresários capitalistas na fase inicial e concentrou todo o processo de acumulação primitiva no estado; o modelo de substituição de importações que começa nos anos 1930 nos países latino-americanos; e o modelo exportador que se configura nos anos 1960 no Leste e Sudeste da Ásia (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 11).

Conforme destaca Veiga (2010), até os anos 1960 as nações desenvolvidas eram as que se tornaram ricas através do processo de industrialização, por outro lado, nos países que permaneciam subdesenvolvidos, a industrialização se encontrava em fase inicial ou nem existia, desta forma, não havia elementos para diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico.

A controvérsia entre crescimento e desenvolvimento passa a ganhar destaque com a percepção de que o significativo aumento do crescimento econômico ocorrido a partir da década de 1950 em diversos países pouco industrializados não resultou em maior acesso a bens materiais, acesso à cultura, saúde e educação por grande parte da população como ocorreu nos países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2010).

A distinção entre a teoria econômica do desenvolvimento e a teoria econômica do crescimento ocorre a partir dos anos 1970 com a retomada das forças do pensamento neoclássico que passam a introduzir um modelo de crescimento econômico abstrato que utilizam funções matemáticas de produção com intuito de relacionar o crescimento de uma localidade com diferentes variáveis que se queira estudar, com isso ocorre uma diminuição dos interesses dos economistas pelos modelos históricos.

Desta forma a teoria do desenvolvimento econômico abrange uma amplitude maior, compondo a complexidade do processo de desenvolvimento, enquanto a teoria do crescimento econômico determina como ocorre o crescimento da renda por habitante de uma população a partir de variáveis pré-determinadas.

Bresser-Pereira (2008), entende que a distinção entre as duas teorias pode se dar por um lado, pelos que evidenciam o conteúdo histórico de transformações estruturais, culturais e institucionais como necessários ao estudo do desenvolvimento e por outro lado os teóricos que isolam esses conteúdos para se dedicar especificamente às variantes que analisam, bem como, a partir da comprovação do crescimento econômico consideram a automaticidade de tais

transformações e consequente desenvolvimento.

3. A DEFESA DO CONCEITO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO COMO SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico segundo Bresser-Pereira (2014), deriva da acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital, que, por sua vez, determina o aumento da produtividade, dos salários e por consequência do padrão médio de vida da população. Nesta relação, o investimento e o progresso técnico dependem de forma geral, da qualidade das políticas e das leis que formam as instituições formais e as instituições informais (práticas sociais, costumes etc.). À medida que uma sociedade alcança o êxito de configurar as instituições e as políticas econômicas em prol de uma estratégia nacional de competição internacional as chances de que as taxas de desenvolvimento sejam mais altas aumenta (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2).

Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que existe uma estratégia nacional de desenvolvimento, que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada na competição econômica com as demais nações. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise e que perdeu a ideia de nação, e, portanto, que já não conta com dois elementos necessários para que se mantenha competitiva e dotada de uma estratégia nacional de desenvolvimento digna desse nome (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2).

Assim, a forma mais comum de se notar o desenvolvimento se dá através do aumento da renda *per capita*, pois permite medir com maior proximidade o aumento geral da produtividade. No entanto, em países que a renda por habitante não reflete o nível de produtividade o uso do IDH-Índice de Desenvolvimento Humano pode ser utilizado como complemento. Desta forma, para Bresser-Pereira (2008, p. 2) o desenvolvimento econômico reflete:

(...) atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem estar – e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades buscam – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do meio ambiente. Por isso, é importante não confundir-lo com o desenvolvimento ou o progresso total da sociedade que implica um avanço equilibrado nos cinco objetivos (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 2)

Neste sentido, o desenvolvimento econômico impõe mudanças estruturais, culturais e institucionais e segundo Bresser-Pereira (2008), não está dissociado de crescimento econômico. A confusão dos termos deriva da interpretação de autores que associam o crescimento econômico como determinante do aumento da renda per capita sem aumento da produtividade.

Para Bresser-Pereira (2008, p. 2) esses casos são específicos e cita o exemplo de países que devido a grande produtividade de um determinado recurso natural eleva-se a renda per capita sem mudanças estruturais na economia, “a produção desse bem ocorre em regime de enclave, geralmente acompanhado por

doença holandesa¹, ficando os frutos do progresso técnico limitados exclusivamente àquele setor da economia”.

Assim, os “casos em que há crescimento da renda per capita sem mudança estrutural são a exceção, não a regra” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 55). Há uma interligação entre as diversas instancias de uma sociedade (tecnológica e econômica, cultural e institucional), o movimento em uma delas determina mudança simultânea ou num período posterior nas demais. Em casos onde há crescimento da renda per capita sem transformação da economia devido aumento da produtividade de apenas um enclave não ocorre desenvolvimento nem crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Bresser-Pereira (2008), destaca que em um curto período o crescimento determina uma forte concentração de renda, mas quando se estende o período estudado percebe-se um aumento nos salários e no padrão de vida médio da população. No entanto, chama a atenção que em certos momentos pode ser possível que os lucros e a remuneração da classe média cresçam mais rapidamente que os salários dos trabalhadores, mas que em seguida os salários de ambos passam a crescer proporcionalmente ao aumento da produtividade. Neste período em que há atraso de aumento dos salários dos trabalhadores de menor renda não significa ausência de desenvolvimento, pois de qualquer forma os salários médios dos trabalhadores estão crescendo e uma quantidade significativa de pessoas está saindo da pobreza.

Neste sentido, Bresser-Pereira (2006, p. 11), esclarece que:

Os muito pobres e destituídos poderão, por longo tempo, em nada se beneficiar do desenvolvimento; mesmo os trabalhadores semiqualeificados poderão também ser excluídos dos frutos do desenvolvimento enquanto houver oferta abundante de mão-de-obra rebaixando os salários. O desenvolvimento econômico poderá, portanto, ser extraordinariamente injusto. (...) Por isso, e por outras razões, do ponto de vista ético ou normativo, o desenvolvimento não pode ser entendido como único objetivo político da sociedade. Além da manutenção da segurança pública, que é uma pré-condição, os objetivos independentes da liberdade e da justiça social, esta última implicando uma distribuição de renda mais equitativa, são tão ou mais importantes que o do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 11).

Em termos conceituais, segundo Bresser-Pereira (2008), há correntes que distinguem crescimento econômico de desenvolvimento, para eles a pré-condição para desenvolvimento é a distribuição de renda acompanhado de desenvolvimento social, desenvolvimento político, desenvolvimento sustentável, enquanto crescimento econômico determina apenas crescimento do Produto Interno Bruto-PIB.

Bresser-Pereira (2008, p. 5), em sua defesa da similaridade entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico considera haver uma

¹ A doença holandesa é a crônica sobre apreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção exportação é compatível com a taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo. É um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização ou, se tiver sido neutralizada e o país se industrializou, mas, depois, deixou de sê-lo, provoca desindustrialização (BRESSER-PEREIRA, MARCONI E OREIRO, p. 3).

confusão entre “*desenvolvimento econômico no sentido de fenômeno histórico*” com desenvolvimento que reflete algo que desejamos. Desenvolvimento sem adjetivos ou desenvolvimento humano seria o gênero que incluiria as espécies:

(...) segurança (maior paz entre as nações e menos crimes), econômico (maior bem-estar), social (maior igualdade econômica), político (maior igualdade política e maior participação do governo) e ambiental (maior proteção do ambiente). (...) todas dependem de um sexto tipo de desenvolvimento – do desenvolvimento *cívico e moral* – que permeia todos os demais, e não pode estar baseado apenas no medo das consequências da infração das normas sociais, mas deve resultar do equilíbrio razoável das forças sociais e da compreensão do papel que a solidariedade e a capacidade de se estabelecer compromisso têm na construção de cada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 58).

Para Bresser-Pereira (2008, p. 7), o desenvolvimento sem adjetivos tem ocorrido com relativa frequência, porém a percepção ocorre em períodos ainda mais longos.

No médio prazo, as quatro formas de desenvolvimento tendem a ocorrer de forma correlacionada, porque elas estão estruturalmente interligadas e porque elas correspondem a objetivos políticos das sociedades modernas, mas elas não ocorrem de forma comportada, sincronizada, e sim por saltos, descoordenadamente, como é próprio a todos processos históricos. O desenvolvimento sem adjetivos ou desenvolvimento humano é esse processo contraditório, mas real de realização dos objetivos políticos das sociedades modernas (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 7).

Assim, Bresser-Pereira (2014, p. 36), complementa que as formas de desenvolvimento “*está associado ao acesso à saúde, à educação, às necessidades materiais básicas e a participação na vida da comunidade*”, desta forma, distinguir desenvolvimento econômico e/ou crescimento econômico de desenvolvimento humano significa dar um sentido claro aos conceitos e aos objetivos políticos das sociedades democráticas (BRESSER-PEREIRA, 2008).

4. A DEFESA DA AMPLITUDE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Veiga (2010), destaca a amplitude do conceito de desenvolvimento e relata que a controvérsia sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico é uma maneira simplista de não atenção da complexidade que o conceito de desenvolvimento abrange. Se tais conceitos forem entendidos como sinônimos o desenvolvimento se traduz em medição de índices como o PIB e PNB, no entanto, o reducionismo dos conceitos deve ser trocado pela necessária abrangência que o conceito de desenvolvimento impõe.

A ideia dos que defendem as duas teorias como sinônimos é que, a partir da distribuição direta da renda entre os proprietários dos fatores de produção (terra, capital e mão de obra), ocorre automaticamente a melhoria dos padrões de vida e consequente desenvolvimento econômico.

Neste sentido, conforme Souza (2012, p. 5) os economistas que associam crescimento ao desenvolvimento destacam que:

(...) um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades (SOUZA, 2012, p. 5).

Por outro lado, Souza (2012, p.6) destaca que a defesa da extensão do desenvolvimento se assegura numa relação histórica a qual demonstra que os frutos da expansão da renda nem sempre beneficia a economia de forma geral nem a população em todo seu conjunto.

A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Neste sentido, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria de vida do conjunto da população (SOUZA, 2012, p. 6).

A simples aceitação de desenvolvimento como crescimento deixou de ter razão com o lançamento do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. A partir da publicação do primeiro “Relatório do Desenvolvimento Humano” em 1990 a *“promoção do desenvolvimento humano ao lado da busca pela paz passou a ser a própria razão de ser da Organização das Nações Unidas-ONU”* (VEIGA, 2010, p. 18).

Neste sentido, a partir do entendimento que o crescimento econômico não gera automaticamente benefícios generalizados, ele passa a ser visto como uma parte de um processo muito maior, ou seja, o crescimento pode contribuir para que haja maior distribuição de renda, maior acesso a serviços essenciais como saúde, educação, lazer, justiça, segurança, etc.

Nesta relação, Veiga (2010, p. 80), conclui sobre a automaticidade do crescimento econômico ao desenvolvimento:

Essa teoria do efeito cascata seria totalmente inaceitável do ponto de vista ético, até mesmo se funcionasse na prática, o que não é o caso. Num mundo de terríveis desigualdades, é um absurdo pretender que os ricos precisem se tornar ainda mais ricos para permitir que os necessitados se tornem um pouco menos necessitados (VEIGA, 2010, p. 80).

Este tópico procurou evidenciar a amplitude do termo desenvolvimento frente ao automatismo conceitual do termo crescimento econômico. Neste sentido, a seguir procura-se aprofundar em alguns conceitos que mesmo não tendo uma similitude completa entre eles, convergem no sentido de opor-se a ideia de que o aumento dos índices de crescimento econômico por si só viabiliza o desenvolvimento.

5. A CONSTATAÇÃO DA AMPLITUDE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O fato de que as expressões desenvolvimento e crescimento econômico ainda sejam confundidas fez com que pesquisadores enfatizassem a amplitude do desenvolvimento. Neste sentido, busca-se neste tópico as contribuições de Celso Furtado, Amartya Sen, Ignacy Sachs e José Eli da Veiga, bem como outros

pensadores que contribuem com a perspectiva desses autores. A base conceitual é a distinção clara entre crescimento econômico e desenvolvimento e a demonstração da complexidade que o termo desenvolvimento exige.

5.1. CELSO FURTADO E O PROCESSO HISTÓRICO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Para fazer uma caracterização dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento Celso Furtado utiliza uma abordagem estruturalista e interdisciplinar. O estudo da estrutura possibilita o entendimento geral do sistema e a análise histórica aliada às especificidades de cada país determina a compreensão dos processos desiguais dos países subdesenvolvidos.

Assim, Furtado aliado a teóricos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) passaram a dedicar esforços para construção de um corpo teórico que pudesse melhor interpretar e analisar os processos econômicos dos países subdesenvolvidos que levasse em consideração as condições históricas de formação social desses países. Dessa forma, com base nas matrizes teóricas, sobretudo, marxista, keynesiana e estruturalista elaboraram o método histórico estruturalista e definiram conceitos como *“relações centro-periferia, subdesenvolvimento, heterogeneidade estrutural, padrões de desenvolvimento desigual que serviram de base a uma consistente construção analítica”* (CASSOL e NIERDELE, 2016, p. 29).

No processo de formação histórica do subdesenvolvimento Furtado (1983), relata que a formação de um núcleo industrial na Europa no século XVIII determinou uma modificação qualitativa na economia mundial e passou a condicionar o desenvolvimento subsequente em quase todas as regiões do mundo. Dentro da própria Europa percebeu-se que o progresso técnico deu maior flexibilidade ao sistema econômico combinando os fatores de produção (recursos naturais, mão de obra e capital) com a oferta de bens de capital, *“a qual refletia o padrão de distribuição da renda que se cristalizara no período anterior”* (FURTADO, 1983, p. 140).

Essa expansão industrial não teve a mesma dinâmica em países fora da Europa. Em algumas regiões o interesse se limitou à abertura de linhas de comércio, em outras buscava-se a produção de matérias primas para abastecer os centros industriais, assim, percebeu-se que a expansão capitalista criou estruturas dualistas, desta forma, na observação de Furtado (1983, p. 142), uma das partes:

(...) tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. Esse tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento econômico. (...) O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (FURTADO, 1983, p. 142).

Visualizando o processo de formação industrial, Furtado (1983), destaca que o fenômeno do subdesenvolvimento pode assumir características complexas, onde a economia apresenta três setores: um de subsistência que atende a massa da população, outro primário voltado a exportação e o terceiro ligado ao mercado

interno. Este último concentra a parcela da população com maior renda, assim, se abastece de produtos que antes eram importados. Nesta relação, a preocupação da indústria nacional passa a ser reproduzir os artigos importados com métodos de produção que lhes permite competir com a indústria estrangeira. O público alvo destas empresas se torna reduzido ao passo que a estrutura que permitiria expandir a indústria para o setor de subsistência não ocorre. Com isso, o crescimento do setor industrial ligado ao mercado interno e mesmo o aumento da renda per capita global não são capazes de acarretar mudanças expressivas na estrutura ocupacional do país. Neste sentido, Furtado (1983, p. 149) destaca:

Desta forma, as economias subdesenvolvidas podem conhecer fases prolongadas de crescimento de seu produto global e per capita sem reduzir o grau de dependência externa e heterogeneidade estrutural interna. (...) as condições mínimas para que ocorra o desenvolvimento são: a) crescimento mais que proporcional do setor avançado e b) estabilidade ou aumento da proporção da mão de obra empregada no setor avançado (FURTADO, 1983, p. 149).

Assim, Furtado (1983), chama atenção que a dinamização do setor industrial requer que o fluxo de renda gerado pela exportação primária permaneça no país e que dê origem à demanda de manufaturados. *“Se o incremento de renda se concentra em poucas mãos, o mais provável é que a nova procura se limite a produtos de alta qualidade que devam ser importados”* (FURTADO, 1983, p. 176).

Nesta relação, à medida que os países periféricos se especializaram na produção primária, aumentaram a demanda por produtos de consumo importados, devido a escala e qualidade oferecidos pelas indústrias estrangeiras. Desta forma, a maior produtividade dos países subdesenvolvidos não refletiu aumentos significativos na taxa de salários (FURTADO, 1983, p. 181-182).

A formação de um grupo social (cuja importância relativa varia, mas que raramente passa de um décimo da população), com padrões de consumo similares aos dos países em que ocorria a revolução tecnológica, definiu-se como elemento determinante da forma de desenvolvimento “periférico”, ou seja, apoiado no sistema de divisão internacional de trabalho. A significação desse fato aparece quando se tem em conta que existe uma correspondência estreita entre o nível médio de gastos dos membros de uma coletividade, de um lado, e o grau de acumulação de capital por pessoa empregada e o avanço das técnicas produtivas de outro. (...) Desenvolvimento “periférico” passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso tecnológico (FURTADO, 1983, p. 181-182).

Longe de um fortalecimento do aparelho produtivo tradicional, o desenvolvimento industrial subdesenvolvido teve por base a substituição de importações com vistas a satisfazer as necessidades de uma clientela que antes se abastecia de importações. Assim, devido a concentração de renda viu-se a impossibilidade de realizar investimentos no aparelho produtivo destinado a atender a massa da população.

Da mesma forma que foi crítico em relação a formação industrial dos países periféricos, Furtado (1983), censurava também a forma que os países industrializados configuravam o comércio internacional. Para ele a preocupação

central era a elevação da própria produtividade econômica através da expansão dos mercados.

Assim, não aceitava um dos preceitos fundamentais da economia clássica e neoclássica a “Lei das Vantagens Comparativas” de Ricardo na qual dispunha que os países deveriam produzir e exportar produtos conforme suas melhores condições. Nesta relação, os países centrais investiriam esforços na produção manufatureira, enquanto os países periféricos produziram e exportariam matéria-prima. Segundo Furtado (1983, p. 166-167):

O problema ao qual cabia atribuir relevância era exatamente o da perda de dinamismo da procura de produtos primários exercida sobre os mercados internacionais. (...) o avanço da técnica se realiza de tal forma que os fatores de produção primários (terra e mão de obra) tendem a serem substituídos por capital, o que permite aos países industrializados modificar, na forma que lhes convém, sua oferta potencial de recursos produtivos (FURTADO, 1983, p. 166-167).

Desta forma o comércio internacional sob a determinação das “vantagens comparativas”, ao contrário do que se expõe, não tornou igual a remuneração dos fatores, verificou-se uma maior concentração de renda em favor dos países industrializados em desfavor dos termos de troca dos países produtores e exportadores de produtos primários.

Para considerar o comércio exportador como fator propulsor de transformações estruturais em um país subdesenvolvido é preciso levar em conta as características da atividade exportadora e a forma como ela se inseriu na estrutura da economia preexistente. Pode haver introdução de uma nova função de produção ou expandir atividades produtivas sem modificações significativas nas formas de produção (FURTADO 1983).

Assim, a criação de um novo setor de exportação em um país subdesenvolvido, por exemplo, pode assumir pelo menos três formas. Primeiro, se um determinado país abrir uma linha de produção agrícola para exportação através de uma agricultura organizada em pequenas propriedades, a ampliação do mercado se traduzirá em expansão do consumo, que será atendido em parte por um aumento das importações. Caso essa estrutura esteja controlada por um pequeno grupo *“culturalmente voltado para o exterior, o aumento da produtividade refletirá maior concentração de renda, com investimentos em construções urbanas e formas superiores de consumo alimentadas pelas importações”* (FURTADO, 1983, p. 169).

Segundo, caso esse setor agrícola de exportação for baseado em grandes plantações que utilizam técnicas modernas de produção e modificam a organização da produção e considerando uma oferta elástica de mão de obra, o aumento da produtividade irá se traduzir em benefício dos proprietários das plantações que utilizarão o lucro para expandir a produção ou para aplicá-lo nos centros urbanos. Caso a mão de obra seja escassa, poderá ocorrer elevação dos salários reais, possibilitando a formação de um mercado interno capaz de atrair inversões (FURTADO, 1983).

A terceira hipótese considera a exploração de recursos naturais para exportação. Em geral, essa atividade é controlada por grupos estrangeiros que utilizam técnicas avançadas, a utilização de mão de obra é pequena e o benefício do investimento para a população depende basicamente da ação do estado (FURTADO, 1983).

Nesta relação, Furtado (1983), considera que o comércio exterior é o principal meio de o país subdesenvolvido absorver o progresso técnico, pois de forma geral os países periféricos produzem um número limitado de bens com técnicas avançadas, por outro lado, absorve uma grande quantidade de produtos com essa característica, assim o intercâmbio pode proporcionar o desenvolvimento na medida em que há a importação de bens de capital ou técnicas superiores de produção. Deste ponto de vista, a *“expansão do comércio exterior não é causa suficiente do desenvolvimento, mas pode ser uma condição necessária para que o mesmo se efetive”* (FURTADO, 1983, p. 170).

A importância da melhoria dos processos produtivos se justifica, pois, à medida que se percebe o crescimento do fluxo da renda ocorre uma maior procura por produtos manufaturados devido a condição da indústria em introduzir novos produtos ou modificar os tradicionais. Assim, mesmo que não haja um incremento na demanda de muitos produtos manufaturados, ocorre uma maior busca de produtos de melhor qualidade. De outra parte, o crescimento dos setores primários e terciários levará a um aumento no consumo de produtos industriais.

Em razão dessa elevada elasticidade-renda da procura de manufaturas, o desenvolvimento somente se concretiza quando a oferta de produtos manufaturados aumenta mais rapidamente que a renda global da coletividade. É natural, portanto, que todo desenvolvimento assuma uma das duas formas seguintes:

- a) aumento relativo do setor externo, isto é, elevação do coeficiente de comércio exterior, ou
- b) crescimento mais que proporcional da produção industrial destinada ao mercado interno (FURTADO, 1983, p. 173).

Aliado ao atendimento da diversificação da procura, a industrialização leva a uma assimilação do progresso técnico mais intenso e melhora a qualidade da mão de obra, no entanto, requer um aumento da dotação de capital por unidade de outros fatores, em resposta, aumenta a flexibilidade da estrutura produtiva.

Tendo em vista a importância do intercâmbio internacional em especial para os países subdesenvolvidos, Furtado (1983) chama a atenção para o controle que as grandes empresas passaram a exercer sob o comércio internacional.

Nesta relação, as grandes empresas assumiram o papel de transmissão de novos produtos demandados pelos grupos dominantes dos países periféricos. A dinâmica consiste em abertura de novos mercados nos países subdesenvolvidos ao passo que se utiliza destes a oferta de matéria prima em abundância e mão de obra barata. A tecnologia adotada no processo produtivo é remanescente da utilizada nos grandes centros, bem como, o centro de decisão da empresa se encontra nos países centrais, perpetuando o desenvolvimento dependente (FURTADO, 1983).

Com base nas relações de subordinação dos países subdesenvolvidos em relação aos países centrais Furtado (1983, p. 187), destaca a importância dos *“estudos dos sistemas de poder e suas raízes culturais e históricas”*. Impera a necessidade dos centros nacionais se tornarem protagonistas de suas decisões, destacando os objetivos nacionais e prioridades sociais, portanto, deve-se ter consciência sobre a importância política do processo de subdesenvolvimento (FURTADO, 1983, p. 187).

5.2. O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

O entendimento que apenas o crescimento econômico, avaliado pelo Produto Interno Bruto (PIB) e indicadores de renda, seria suficiente para dinamizar o desenvolvimento perde força a partir das mudanças impostas pelo pós-guerra, os ganhos do avanço da industrialização e crescimento econômico não alcançou toda a sociedade e não foram capazes de reduzir a pobreza. Avante a essa perspectiva, a partir dos anos 1980 percebe-se a necessidade de analisar os próprios sujeitos sociais como dinamizadores de mudanças que eles próprios julgam ser necessárias. Assim, tendo em vista que a atenção ao desenvolvimento estava relacionada basicamente ao mercado e ao estado, vários autores passaram a perceber os atores sociais neste contexto (FREITAS; CASSOL; CONCEIÇÃO e NIEDERLI, 2016).

Nesta perspectiva destaca-se Amartya Sen que entende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nas palavras de Sen (2000, p. 17):

O enfoque das liberdades humanas contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente podem ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros fatores determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 17).

Para Veiga (2010), a obra Desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen estabelece um modo fundamental de como se entender o desenvolvimento e nos responde de forma direta e positiva a indagação sobre o que é desenvolvimento.

Cabe destacar que Amartya Sen juntamente com Mahbudul Haq construíram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Diferentemente do PIB que mede a produção de uma localidade, este índice é composto por dados referente a expectativa de vida ao nascer, à educação e PIB per capita. Pela sua maior amplitude analítica, o IDH passou a ser adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e reconhecido como uma das principais medidas comparativas de desenvolvimento.

Segundo Sen (2000), percebe-se na atualidade um avanço significativo nos conceitos de direito humanos e liberdade política, bem como, avanços na saúde permite que as pessoas possam ter uma expectativa de vida maior, os avanços nos meios de comunicação permitiram uma interação muito maior entre as pessoas ao redor do mundo, no entanto, toda essa evolução traz à tona problemas da sociedade que não foram superados.

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma

morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social. Mesmo em países muito ricos, as vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado terceiro mundo. Adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e homens afeta – e as vezes encerra prematuramente – a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino (SEN, 2000, p. 29).

Sen (2000), entende que esses problemas são violações às liberdades individuais das pessoas e que o combate a eles deve ser visto como um comprometimento social. Assim, *“a expansão da liberdade é vista por Amarthia Sen como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento”* (VEIGA, 2010, p. 34).

Segundo Sen (2000), para inserir a equidade social nas análises de desenvolvimento é necessário entender a diversidade de “modos de vida” existentes na sociedade, perceber os valores e o entendimento de vida dos que seriam alvos destas análises.

Neste sentido, o crescimento econômico por si só não é capaz de estabelecer o desenvolvimento, mas pode ser um importante meio de expansão das liberdades das pessoas, assim como a industrialização e o progresso tecnológico, mas é importante frisar que as liberdades são alcançadas quando somadas a outros determinantes como os serviços de saúde, educação, ou direitos civis (VEIGA, 2010). Desta forma, *“o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”* (SEN, 2000 p. 10).

O processo de desenvolvimento visto como melhoria na qualidade de vida das pessoas reflete melhores condições de produção e conseqüente crescimento econômico. Assim, o foco das ações deve voltar-se para o aparelhamento dos meios que as pessoas dispõem para conviver com suas adversidades para se alcançar os fins desejados por elas. Neste sentido, a depender dos fins que o indivíduo queira alcançar, a acumulação de renda pode ser um meio ou pode ser ineficaz para tais fins. Desta forma, no planejamento do desenvolvimento deve estar clara a identificação dos fins desejados para se estabelecer os meios de alcançá-los.

Nesta relação, Sen (2000 p. 25) considera que as liberdades não são apenas os fins principais do desenvolvimento, mas também os meios e distingue cinco tipos distintos de direitos e oportunidades que ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa.

(...) As *liberdades políticas*, (...) referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. (...) As *facilidades econômicas*, são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar os recursos econômicos com propósito de consumo, produção e troca. (...) *Oportunidades sociais*, são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. (...) As *garantias de transparência*, referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob

garantias de dessegredo e clareza. (...) Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. (...) Por fim não importando o modo como opera um sistema econômico, algumas pessoas podem encontrar-se no limiar da vulnerabilidade e sucumbir a alguma privação em consequência de mudanças materiais que afetem adversamente suas vidas. A *segurança protetora* é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida a miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte (SEN, 2000, p. 55-56).

Sen (2000) chama atenção também que mesmo que o desenvolvimento requeira objetivos e metas, é necessário considerar os encadeamentos que unem esses direitos e oportunidades, destacando-se sua importância conjunta. “*Na visão do desenvolvimento como liberdade, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral*” (SEN, 2000, p. 25).

Para Sen (2000, p. 32) a análise do desenvolvimento considera as liberdades dos indivíduos como base, assim chama atenção para a expansão da “capacidade” das pessoas de levar o tipo de vida que consideram ser melhor.

(...) a liberdade é não apenas a base de avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento (SEN, 2000, p. 33).

O entendimento do desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas nos traz implicações abrangentes para compreensão do processo de desenvolvimento, bem como, as formas e os meios para alcançá-lo. Portanto, tem-se a necessidade de avaliar “*os requisitos de desenvolvimento com base na remoção das privações de liberdade que podem afligir os membros da sociedade*” (SEN, 2000, p. 49).

No entanto, Sen (2000) destaca que a abordagem das liberdades não se propõe em sugerir um critério de desenvolvimento único, segundo o qual as experiências de desenvolvimento podem ser comparadas e classificadas, embora possa contribuir para tal. O objetivo em questão é chamar a atenção para aspectos importantes deste processo. Busca-se uma noção “*ampla do desenvolvimento com o intuito de focar o exame avaliatório de coisas que de fato importam e, em particular, de evitar que sejam negligenciados assuntos decisivamente importantes*” (SEN, 2000, p. 50).

5.3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ideia geral de desenvolvimento sustentável ganha força a partir do fim da década de 1980 com propósito inicial de chamar a atenção dos efeitos do crescimento econômico sobre o meio ambiente, evidenciando os limites dos recursos ambientais.

O entendimento é que o atual modelo de industrialização e crescimento econômico de diversos países tem trazido danos irreversíveis ao meio ambiente e injustiças sociais a grande parte da população. Assim, tornou-se urgente repensar o desenvolvimento trazendo a pauta o debate sobre o futuro da humanidade.

Cabe destacar que o debate internacional sobre o desenvolvimento sustentável ganhou força a partir de alguns eventos notáveis que merecem exposição.

O primeiro foi o Clube do Roma realizado em Estocolmo em 1972, que trouxe a público o estudo sobre os limites do crescimento. O relatório estabelece a inter-relação de alguns problemas como distribuição de renda, êxodo rural, exploração abusiva de recursos naturais, entre outros e estabelece que o desenvolvimento e meio ambiente devem ser tratados de forma única. Também em 1972 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente-Conferência de Estocolmo, onde pela primeira vez foram debatidos temas relativos ao crescimento econômico, desenvolvimento e cuidados sobre o meio ambiente (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).

Após um extenso período ausente de eventos globais de inserção do tema do meio ambiente, em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU redige o Relatório de Brundtland que destaca que as questões de desenvolvimento e meio ambiente estão inteiramente interligadas, o *“relatório conclui que não existe outra solução a não ser a instauração de um desenvolvimento sustentado, caracterizado como aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras”* (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016, p. 102). Cabe ressaltar que o termo “sustentável” associado ao desenvolvimento passou a ser reconhecido mundialmente através deste documento, a partir de então o termo desenvolvimento sustentável foi se legitimando como o maior desafio desse século (VEIGA e ZATZ, 2008).

Em 1992 foi realizada a Rio-92 pela ONU. Na conferência foi assinada a *Agenda 21*, que se tratava de um plano de ação que envolveu governos, empresas e organizações sociais que se comprometeram a defender em seus respectivos países um conjunto de pontos visando atacar o problema da degradação ambiental (SOUZA, 2012).

Em 1997 foi elaborado o Protocolo de Kyoto em uma convenção no Japão organizada pela ONU no qual os países industrializados se comprometeram a reduzir os gases do efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis percebidos no ano de 1990 até o período 2008/2012 (SOUZA, 2012).

Já em 2002, foi realizada a Rio+10 pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento em Johannesburgo com a intenção de rever os compromissos firmados durante a Rio-92. No entanto, neste evento, houve uma concordância entre os participantes que os resultados desta conferência foram pouco expressivos (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).

A visualização da importância dos conceitos de sustentabilidade nos processos de desenvolvimento econômico da atualidade reconhece o esgotamento dos recursos naturais. Desta forma, as discussões se dividem em dois focos: a) atrelar a dinâmica do crescimento econômico mediante menor utilização de recursos naturais ou adoção de medidas de menor impacto ambiental; e b) a importância de pensar o ambiente de forma distinta, mas não isolado a outros pilares do desenvolvimento como, o econômico, o social, o jurídico, político, etc. Nesta perspectiva esses dois eixos se cruzam e abre espaço para duas discussões de essencial importância: os efeitos da degradação ambiental e as forças políticas e sociais a serem mobilizadas para responder a esse problema (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).

Nesta relação, o economista Ignacy Sachs é um dos principais expoentes da temática do “ecodesenvolvimento”, conceito utilizado por ele como sinônimo de “desenvolvimento sustentável”. Sachs (1993, p. 24-27) aponta cinco dimensões interconectadas de sustentabilidade: a) social (voltada para redução da pobreza e para a organização social); b) econômica (referente a manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas); c) ecológica (relativo à preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade); d) espacial (trata de uma configuração rural-urbana equilibrada); e) cultural (atinente ao respeito pelas especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais).

Para Sachs (1981), os problemas estão situados em uma dinâmica global, no entanto, as respostas devem ser articuladas em nível local. À medida que há formulação de estratégias que contribuam para resolução de problemas pontuais de cada localidade haverá uma construção de respostas as demandas globais.

Assim, conforme descreve Vargas, Aranda e Radomsky (2016, p. 104) Ignacy Sachs busca aliar expansão industrial e crescimento da economia a uma consciência de uso adequado dos recursos ambientais, ampliando as discussões teóricas e um espaço institucional “*acerca das estratégias de ocupação, uso e geração de riqueza e distribuição de bens*”.

Mesmo após um relativo consenso sobre a importância do tema desenvolvimento sustentável verifica-se que de fato há períodos de relativo entendimento entre as nações para uma melhora nos níveis de preservação, mas há também períodos de pouca consideração, como por exemplo, a Conferência Rio+10 conforme citado anteriormente.

Sobre essa constatação Veiga (2010) ressalta que não há consenso sobre o tema ambiental entre os pesquisadores e classifica duas correntes intituladas como os otimistas e os pessimistas com defesas divergentes.

A primeira considera que é perfeitamente possível conciliar conservação ambiental e crescimento econômico, bem como acreditam que as inovações tecnológicas serão capazes de substituir ou potencializar a utilização dos recursos naturais. Em suas análises o “*crescimento só prejudica o meio ambiente enquanto não se atinge um razoável nível de riqueza, a partir do qual se daria o inverso, ou seja, o crescimento passaria a melhorar a qualidade ambiental*” (VEIGA, 2010, p. 43).

Assim, consideram que para haver crescimento da sociedade é necessário utilizar o meio ambiente de forma não controlada, no entanto, a partir de certo nível de riqueza o comportamento inverte, passam a recuperar o que foi destruído. Nesta hipótese, não levam em conta as diferentes culturas, estilos de crescimento, recursos ambientais, etc. existente em cada país (VEIGA, 2010).

A segunda corrente utiliza uma complexa teoria baseada na entropia, uma lei da termodinâmica que conclui que a vida humana transforma energia utilizável por energia não utilizável, assim, num período não exatamente estimado não haveria mais condições de vida na terra. Nesta consideração, não basta a sociedade parar de crescer, seria necessário decrescer para apenas prolongarmos nossa permanência na terra. Nesta teoria a palavra sustentabilidade deixa de ter sentido, bem como, considerando um crescimento negativo traz a pauta questionamentos sobre a superação da pobreza e desigualdades de alguns países (VEIGA, 2010).

Não concordando com os caminhos apontados pelos otimistas e pessimistas Veiga (2010, p. 49), propõe um caminho do meio que “*alia o pessimismo da razão ao otimismo da vontade*”.

Nesta proposta seria necessário trocar o crescimento quantitativo pelo qualitativo, como por exemplo, substituir a utilização de uma energia fóssil por uma energia limpa e renovável. Por esta visão conceitual o crescimento avaliado pelo PIB perderia sua razão e *“a própria noção de riqueza precisaria ser ressignificada”* (VEIGA, 2010, p. 52).

No entanto, esse apontamento teórico esbarra em considerações feitas por países subdesenvolvidos que alegam que o crescimento é base para superar o desemprego e a pobreza.

As construções desse chamado caminho do meio percebem o desenvolvimento como ampliação das capacitações humanas conforme destaca (VEIGA, 2010, p. 56).

Pode-se dizer que há desenvolvimento, portanto, quando os benefícios do crescimento servem para ampliar as capacitações humanas, quer dizer, o conjunto de coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. As mais elementares e sem as quais não é possível fazer outras escolhas são ter uma vida longa e saudável, ter instrução e acesso a recursos que permitam um nível de vida digno, além de ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2010, p. 56).

Assim, Veiga (2010, p. 56), cita que os estudiosos do “caminho do meio” criticam o “Relatório de Brundtland” pois este menciona apenas as necessidades das atuais e futuras gerações, no entanto, destaca que *“o ser humano não pode ser visto apenas em termos de necessidades, pois as pessoas valorizam também outras coisas como sua capacidade de pensar, de agir e participar”* (VEIGA, 2010, p. 56). Neste sentido, para que haja desenvolvimento sustentável é necessário equilibrar objetivos sociais, ambientais e econômicos, aliado a solidariedade com as gerações atuais e futuras (VEIGA, 2010).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o ainda atual debate sobre as divergências e convergências sobre os conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento, o que se procurou neste trabalho foi fazer as devidas distinções entre tais temas, bem como, apresentar de forma pontual abordagens recentes que discutem a amplitude do conceito de desenvolvimento.

De forma geral percebe-se uma inter-relação entre as tratativas, destacou-se as análises de Celso Furtado sobre os processos históricos que determinaram a condição de subdesenvolvimento ao Brasil e países da América Latina; as considerações de Amartya Sen e sua visão sobre a necessidade de analisar os agentes sociais como dinamizadores de suas próprias mudanças e a noção das liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora como forma de aparelhar o indivíduo para que esse possa requer o desenvolvimento; por fim, verificou-se o desenvolvimento com a urgência da questão ambiental interligado aos objetivos sociais e econômicos através das análises de José Eli da Veiga e Ignacy Sachs.

Os conceitos e análises verificadas, cada uma com sua perspectiva e particularidades, entendem o desenvolvimento como processo amplo e de difícil superação, integrado à questão econômica, social e ambiental, no entanto, são

unânicos quando o diferenciam da noção de crescimento econômico, atribuindo a este apenas um dos aspectos de superação do subdesenvolvimento.

Ressalta-se que as considerações na direção do desenvolvimento requerem uma atuação ativa do Estado como agente instigador de políticas amplas, direcionando recursos e incentivos, diminuindo os obstáculos estruturais, dinamizando ações de agentes privados e dando segurança institucional.

Nesta consideração, em suas obras Furtado cita a necessidade dos centros nacionais qualificar os objetivos nacionais e prioridades sociais, dentre outras medidas cita a desconcentração de renda com intuito de dinamizar a indústria local, face a prática de importação de produtos supérfluos para satisfação das elites. A teoria de Amartya Sen percebe os atores sociais como agentes do desenvolvimento, considera que no mundo há um imenso número de pessoas vítimas de várias formas de privação de liberdade, cita fome coletivas em algumas regiões, o pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico, água tratada e mesmo em países ricos percebe-se pessoas desfavorecidas, carentes de oportunidades básicas de acesso a serviços públicos como educação, segurança econômica e social. Já a noção de desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs cita a necessidade de um olhar para a mesma direção por parte de agentes públicos e privados de diferentes países. Nesta perspectiva, na conferência Rio-92 realizada pela ONU foi assinada a Agenda 21 que envolveu governos, empresas e organizações sociais num plano de ação para defender em seus respectivos países um conjunto de pontos visando atacar o problema da degradação ambiental.

No entanto, o entendimento por parte dos governantes sobre a noção de desenvolvimento nos parece que carece de maior clareza, pois, por exemplo, percebe-se ações direcionadas a diminuição do desmatamento e não se observa a construção de políticas integradas de conservação e desenvolvimento das comunidades locais, incentiva-se o plantio direto como opção a diminuição da degradação do solo e negligencia-se a massificação do uso de agrotóxicos, estimula-se a produção agrícola comercial com o discurso de combate a fome ao passo que retira-se políticas de incentivo à produção agrícola familiar, busca-se o crescimento econômico e assistimos o aumento da pobreza e a dificuldade de acesso da população a serviços básicos como saúde, educação, entre outras tantas políticas e medidas governamentais descoordenadas.

7. REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito histórico de desenvolvimento**

Econômico. São Paulo. FGV-EESP, 2006. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

_____. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. São Paulo. FGV-EESP, 2008. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento>.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

_____. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, p. 33-60, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N.; OREIRO, J. L. **Doença holandesa**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/cap.5-dutchdisease.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

CASSOL, A.; NIERDELE, P. A. Introdução às teorias do desenvolvimento. *In*: NIERDELE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento Latino-Americano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 28-37.

FREITAS, T. D.; CASSOL, A.; CONCEIÇÃO, A. F. da; NIERDELE, P. A. Introdução às teorias do desenvolvimento. *In*: NIERDELE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Sen e o desenvolvimento como liberdade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 50-62.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

SACHS, IGNACY. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Editora Vértice, 1981.

_____. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P.; C. RADOMSKY, G. F. W. Introdução às teorias do desenvolvimento. *In*: NIERDELE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Desenvolvimento sustentável: Introdução histórica e perspectivas teóricas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 99-107.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

VEIGA, J. E. da; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?** Campinas: Editora Autores Associados, 2008.